

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## CARTOGRAFIA DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: os territórios de Água Doce/MA, Araiões/MA e Santana do Maranhão/MA

Sttefyson Marques Pinto<sup>1</sup>

Aurora Amélia Brito de Miranda<sup>2</sup>

Thiago Pereira Lima<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa e extensão “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no Baixo Parnaíba Maranhense”. Apresentamos os conhecimentos, assim como a quantidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados nos municípios que compõem a região do Baixo Parnaíba/MA: Água Doce do Maranhão, Araiões e Santana do Maranhão. Utilizamos como método na pesquisa a cartografia social participativa, tendo em vista que a cartografia possibilita mobilizar politicamente e criticamente, como também a entendemos como possibilidade de resistência a qualquer tipo de dominação. Como resultados, destacamos os limites e potencialidades articulados a partir da Política de Assistência Social e a intersetorialidade com as demais políticas públicas nos referidos municípios.

**Palavras-chave:** Cartografia Social. Território. Política de Assistência Social.

### ABSTRACT

This article is the result of the research and extension Project “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no Baixo Parnaíba Maranhense”. We present the knowledge, as well as the quantity and quality of the social assistance services offered in the municipalities that make up the Baixo Parnaíba/MA region: : Água Doce do Maranhão, Araiões e Santana do Maranhão. We used participatory social cartography as a research method, considering that cartography makes it possible to mobilize politically and critically, as we also understand it as a possibility of resistance to any type of domination. As a result, we highlight the limits

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura em Ciências Humana/Sociologia, Centro de Ciências de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Email: sttefyson.marques@discente.ufma.br

<sup>2</sup> Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Doutor em Políticas Públicas (UFMA). Email: aurora.abm@ufma.br

<sup>3</sup> Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, Centro de Ciências de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Doutor em Políticas Públicas (UFMA). Email: tp.lima@ufma.br

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

and potential articulated from the Social Assistance Policy and the intersectionality with other public policies in the referred municipalities.

**Keywords:** Social Cartography. Territory. Social Assistance Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado do projeto de pesquisa e extensão “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no Baixo Parnaíba Maranhense”, sob a coordenação e orientação da Profa. Dra. Aurora Amélia Brito de Miranda do Departamento de Serviço Social (DESES), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), realizado entre o período de março de 2022 a fevereiro de 2023.

A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, com foco na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e como esta é operada nos dez municípios do Baixo Parnaíba - MA: Água Doce do Maranhão, Araiões, Santana do Maranhão, Santa Quitéria, Tutóia, Belágua, Brejo, Buriti, Milagres do Maranhão e São Benedito do Rio Preto.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é apresentar os conhecimentos identificados, assim como o tipo, a quantidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados nos municípios que compõem a região do Baixo Parnaíba/MA: Água Doce do Maranhão, Araiões e Santana do Maranhão. Utilizamos a cartografia como método participativo para mapear riscos e potencialidades, como também identificar os indivíduos, famílias e comunidades nos territórios.

Na primeira seção realizamos uma discussão sobre a cartografia social como metodologia utilizada na pesquisa. Na segunda apresentamos a PNAS e a concepção de território utilizada e na última seção os resultados da pesquisa na perspectiva da política de Assistência Social nos três municípios, a partir dos limites e as potencialidades nos territórios, tendo em vista as discussões coletivas, os documentos oficiais, como a PNAS, oficinas, entrevistas e aplicações de questionários como os operadores da Política de Assistência Social e usuários.

Posto isso, foi possível problematizar a implementação da Política de Assistência Social nesses municípios.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 2 CARTOGRAFIA SOCIAL COMO METODOLOGIA NA PESQUISA

A Cartografia Social como perspectiva teórico-metodológica, pressupõe a problematização em torno das relações de poder e de dominação inscritas no processo de produção dos mapas. Insere-se como uma chave analítica para pensarmos contextos sociais localizados e tem na ideia de “participação” um instrumento de afirmação das coletividades e reconhecimento de direitos. Assim, não tomamos por objeto de análise a cartografia oficial, que se inscreve a traçados cartesianos de mapas, como se estes fossem neutros.

A Cartografia hegemônica traz em sua leitura, o discurso político do Estado-nação, ou seja, o discurso oficial, afirmado no século XIX. O estado, organismo político por excelência da modernidade, é o agente da gestão do território.

Para Almeida e Junior (2013, p.157) a Cartografia Social não seria somente uma nova vertente da Cartografia que se circunscreve à produção cartográfica por parte das comunidades; envolve discussão teórico-metodológica que tem por concepção de ciência, trabalho de campo, tratamento dos dados empíricos, relações de pesquisa entre os investigadores e os agentes sociais estudados, bem como suas narrativas míticas, cerimônias, usos e formas de relação com a natureza, percepções de categorias como tempo e espaço.

Segundo Acserald e Viégas (2013, p.17) a cartografia social pode ser compreendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão. Também, evidencia a existência de disputas epistemológicas por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política.

Nessa perspectiva, os próprios agentes sociais cartografaram suas vivências, experiências e dilemas nos mapas. O uso do conhecimento e da linguagem cartográfica são fundamentais para legitimar o processo. A divulgação dos produtos

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



junto à comunidade se constitui como um elemento para a ação política das comunidades, dando visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos (ACSERALD; VIÉGAS, 2013, p.17 e 18).

Assim, utilizamos a Cartografia Social articulada com a Geografia e com o Serviço Social, como possibilidade de trazer os agentes sociais dos territórios para o processo de construção do conhecimento e das políticas públicas, construir novas relações com a sociedade civil e com o Estado, bem como novas concepções e práticas de pesquisas científicas. Nesse sentido, abre-se horizontes teórico-metodológicos e políticos para se pensar de forma crítica, a Política de Assistência Social no Brasil e no Maranhão, articulada a uma concepção de território vivo, atravessado por relações de poder, contradições, ambiguidades, riscos, limites e potencialidades.

### 3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO.

As reivindicações de direitos sociais no Brasil se dão através de diversos e longos processos e movimentos. No Brasil, temos a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, sendo uma das políticas essenciais do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social, voltadas para as pessoas e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

A PNAS é fruto de longos processos, lutas e resistências. Os esboços de uma política de seguridade social para os cidadãos brasileiros surgiram a partir da Constituição federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, na qual assegura essa política como dever do Estado fornecer os direitos assistenciais para os cidadãos (SILVA, 2021).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Contudo, só a com a Política Nacional de Assistência Social em 2004, no governo do Presidente Lula, que esse processo vem sendo aperfeiçoado, após a implementação e consolidação de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2005 (SPOSATI, 2007), tendo em vista os níveis de proteção social básica, através do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que são implantados de acordo com os níveis de complexidades contidas nos territórios.

Dentro da PNAS há diretrizes que possibilitam a visibilidade das demandas que estão presentes nos territórios. Uma delas é a concepção de Vigilância Socioassistencial, na qual não deve produzir informações sobre equipamentos e serviços, mas também busca reconhecer as necessidades e demandas da política.

A Vigilância Socioassistencial busca identificar os riscos e vulnerabilidades existentes no território. A Vigilância é uma das principais vertentes da PNAS, pois viabiliza o território a partir de suas diversidades, valores, identidades e culturas locais, com vistas a compreender a realidade que nele existe, em suas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, por meio do monitoramento realizado pelas equipes.

Utilizamos o conceito de território não como um espaço geograficamente marcado por linhas. Mas, entendemos o território, como categoria analítica, com múltiplos sentidos, de acordo com o campo do conhecimento científico. Neste sentido, a partir da pesquisa buscamos problematizar as perspectivas hegemônicas sobre o território. Em uma perspectiva crítica, o território é compreendido como espaço de poder, de luta e conflito, é um espaço onde há vidas, relações e os sentimentos, tanto materiais como imateriais, um espaço de identidade e de luta.

Segundo Santos (2005), o conceito de território vai para além da ideia herdada pela modernidade, pois não deve ser compreendido como um mero espaço determinado ou um ponto fixo, mas que exprime relações, em mudanças constantes. O território é atravessado por transformações diversas, pois é formado por relações sociais no espaço-tempo no qual está inserido (MIRANDA, 2021).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse sentido, a articulação da Vigilância Socioassistencial com o território é fundamental, pois possibilita entendê-lo como um lugar de vivência e relações. A seguir apresentamos os resultados da pesquisa nos três territórios do Baixo Parnaíba/MA.

## 4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ÁGUA DOCE, ARAIOSES E SANTANA: limites e potencialidade nos territórios

A taxa de pobreza no território maranhense é a maior de todo o país, conforme o Mapa da Nova Pobreza publicado em 2022, atinge mais da metade da população, chegando a 57,90% de pessoas nessa situação, demonstrando que existe uma vasta desigualdade socioeconômica, impondo desafios para as Políticas Públicas.

O Maranhão possui um modelo de desenvolvimento que tem implicado na eclosão de vários conflitos, que vêm sendo os maiores causadores dos riscos e vulnerabilidades. Os conflitos são de diversas natureza, como territoriais, ambientais e econômicos. Esses conflitos não são atuais, mas têm se intensificado nos últimos anos.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT, no Caderno de Conflitos do Campo Brasil de 2021, o Maranhão foi o Estado com a maior quantidade de ocorrência de conflitos de terra no país, com 97 ocorrências e 14.377 famílias afetadas. As áreas com a maior notificação desses conflitos, são as regiões atingidas pelo agronegócio, em especial, o MATOPIBA (CPT, 2021), que vem trazendo um discurso ilusório, de inovação e modernização social, para encobrir seus efeitos problemáticos ao ambiente e para os moradores dos territórios, como a contaminação da água, as queimadas e poluentes, a desestabilização no convívio, a desestruturação do mercado local e a contaminação nas terras, trazendo implicações para a agricultura familiar, que é o sustento de trabalhadores locais.

Além disso, o MATOPIBA tem causado enormes mudanças nas produções e nos meios de cultivo, dando espaço às grandes lavouras de monocultura com uso de

PROMOÇÃO



APOIO



componentes químicos como os agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, expropriação de trabalhadores, entre outros (MIRANDA, 2021).

Segundo Miranda (2021, p. 12):

Esse tipo de agricultura moderna se efetiva, geralmente, a partir da apropriação de terras públicas e dos camponeses, ocasionando a disputa pela apropriação das terras e, conseqüentemente, o surgimento de novos conflitos fundiários, os quais se ampliam com distintos graus de violência.

Segundo Lisboa *et al.* (2021), a região do Baixo Parnaíba Maranhense é alvo de riscos e vulnerabilidades devido aos conflitos territoriais e socioambientais causados por grandes empresas que se estabelecem na região. Esses conflitos levam uma série de problemas aos trabalhadores que habitam nos territórios atingidos.

Porém, devido a essas situações e outras específicas da Política de assistência Social, vem havendo uma sobrecarga de demandas no SUAS, dificultando o acompanhamento e o alcance dos serviços e programas para todos os trabalhadores. Essa é a realidade que as equipes de Assistência Social nos três municípios, Água Doce, Araioses e Santana estão enfrentando.

Água Doce do Maranhão, Araioses e Santana do Maranhão fazem parte dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do Baixo Parnaíba Maranhense.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019; 2021), Água Doce, Araioses, Santana do Maranhão estão situados no Leste do Maranhão, com o bioma Cerrado. Araioses possui dois biomas, Caatinga e Cerrado. Os municípios de Santana e Água Doce são de Pequeno Porte I (municípios de até 20.000 habitantes), enquanto Araioses de Pequeno Porte II (municípios de 20.001 a 50.000 habitantes).

No quadro 1, estão destacados os dados sobre suas densidades populacionais e quantidade de pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único. Dos três municípios pesquisados, o município com o maior território e IDHM é Araioses, enquanto Água Doce é o município com menor IDHM e área territorial, sendo que todos têm a maior

parte da população nas áreas rurais de seus territórios, onde se destaca Santana, com 84% de seu território está situado na zona rural.

**Quadro 1** – Densidade populacional e quantidade de pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único em situação de pobreza e extrema pobreza nos municípios.

Município	População estimada (IBGE, 2021)	IDHM	Pessoas no CADÚnico (Jan/2022)	Pessoas no CADÚnico na linha de pobreza (Jan/2022)		Famílias no CADÚnico (Jan/2022)	Famílias no CADÚnico na linha de pobreza (Jan/2022)	
				Pobreza	Extr. pobreza		Pobreza	Extr. pobreza
Água Doce	12.731	0,500	10.166	432	7.864	3.743	143	2.658
Araiozes	47.095	0,521	29.830	999	24.548	10.871	385	8.653
Santana	13.704	0,510	7.022	395	5.479	2.446	137	1.811

Fonte: IBGE (2023); Relatório de Informações – RI v.4 (2023).

Conforme o quadro 1, na maioria dos municípios a quantidade de pessoas em situações de pobreza e extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, ultrapassam da metade da população, sendo Santana o único município com a quantidade de pobreza reduzida pela metade, mesmo Araiozes tendo o maior IDHM entre os três municípios.

A partir dos dados quantitativos e qualitativos de cada município sobre a densidade populacional, estrutura socioeconômica, notificações de conflitos, entre outros, são feitas as medidas de intervenção, visto que a PNAS se baseia no nível de complexibilidade do território. Com isso, configura-se os equipamentos e recursos do SUAS de cada município, como a proteção básica – CRAS e proteção especial – CREAS.

Em todos os três municípios pesquisados, existem centros de proteção básica, mas apenas no município de Araiozes que tem um CREAS e dois CRAS. Além disso, em todos os municípios há anexos dos centros de proteção básica em regiões rurais, porém, em Água Doce e Santana os anexos não constam no sistema CadSUAS, ou seja, os recursos da PNAS repassado para esses municípios são somente para os



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



centros cadastrados. Portanto, esses anexos partem de uma iniciativa da Assistência Social dos próprios municípios, com a premissa de que os cidadãos moradores das zonas rurais enfrentam dificuldades em acessar os serviços que ficam na zona urbana.

Na região do Baixo Parnaíba Maranhense há diversos limites causados por vários fatores, principalmente pelos conflitos existentes acerca do território, afetando diversas pessoas e famílias, tanto na zona urbana como na zona rural, sendo as áreas rurais mais prejudicadas, devido esses lugares serem distantes, dispersos e com dificuldade de acesso às políticas públicas.

Nos três municípios não existem equipes de Vigilância Socioassistencial, mas apenas um profissional da gestão da Assistência Social, responsável pela Vigilância. A partir disso, pode ser notada uma distância entre as normas e procedimentos da políticas e a execução dela, visto que cada município deveria ter ao menos uma equipe da Vigilância. Destacamos também que alguns dos operadores da Assistência Social não tinham conhecimento sobre o que é a Vigilância Socioassistencial, sendo que é a estratégia responsável de expor a dimensão real do território e de suas demandas, produzindo e alimentando as informações que servirão de orientação para o atendimento e inclusão dos usuários no SUAS, junto com o aprimoramento e criação de novos serviços previstos na PNAS.

Em cada município foram encontradas situações tanto distintas quanto iguais, mesmo sendo de realidades territoriais diferentes, visto que em todos os municípios os operadores afirmaram que existem famílias que não estão inscritas no Cadastro Único, levando em conta que essa situação de cadastramento são causados por diversos fatores, como a dificuldade do alcance dos moradores de zonas rurais, mesmo tendo o CRAS Volante<sup>4</sup> em Araiases e Santana, também há situações documentais dos usuários, falta de profissionais que atendem as demandas nos municípios e a falta de mapeamento sobre as pessoas não cadastradas.

<sup>4</sup> O serviço CRAS Volante descentralizou os atendimentos das Assistência Social da sede no município, para as regiões mais distantes e com dificuldade de acesso ao centro urbano.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Desta forma, as equipes não dão conta de atender às enormes demandas existentes nos municípios, sendo por falta de pessoal, material ou equipamentos suficientes. Logo, os riscos e limites se intensificam, fazendo com que diversas pessoas e famílias fiquem sem os serviços e programas da política de assistência social.

As famílias e demais trabalhadores que tentam realizar seus cadastros no SUAS, não obtém êxito devido a problemas do próprio sistema no momento da inscrição ou por que não estão enquadrados nos requisitos da PNAS, assim, recorrem para outros municípios da região, como Chapadinha – MA, Parnaíba – PI, Urbano Santos – MA, Barreirinhas – MA, Paulino Neves – MA e São Luís – MA.

No entanto, mesmo com os desafios presentes na realidade dos territórios que as equipes de Assistência enfrentam, também existem os programas e projetos que atendem até os indivíduos que não estão cadastrados, visto que nos três municípios os programas são regionalizados em pontos focais, que são regulamentados com seu repasse garantido para que sejam realizados, tendo a parceria outras políticas como saúde, educação, esporte, juventude, entre outros órgãos governamentais locais.

Disto, a de destacar que também foram identificadas diversas potencialidades. Essas potencialidades são essenciais para os seus desenvolvimentos, sendo importantes para atrair e gerar renda, mas também suprir o autossustento de diversas pessoas e famílias. Por conseguinte, as equipes de Assistência Social de cada município, ajudam na implementação e na sustentabilidade dessas potencialidades, através de recursos que incentivem e aprimorem os potenciais de seus municípios.

Nos municípios, há tanto potencialidades iguais, como específicas, se destacando nos três municípios o artesanato, a produção da agricultura familiar e a pesca, também festas religiosas e culturais e principalmente o turismo, sendo a forma primordial presente em seus territórios, gerando assim desenvolvimento e uma estrutura econômica protetiva para o mercado local.

Tendo como potencialidade específicas: a dança do Coco, danças Indígenas, dança do Boi e extração de frutos do mar em Água Doce; o Festival do Caranguejo,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



dança Boi-Guerreiro da APAE, dança Bumba Meu Boi, passeio pelo Delta das Américas, ilhas turísticas, extrativismo de crustáceos e da Carnaúba, Produção de Ostra, balneários nas zonas rurais vindos do Rio Magú em Araióses; dança folclórica Xamã, forte agricultura familiar, festas folclóricas, poetas, cantores, compositores, e cooperativas de biscoitos caseiros e polpas naturais de frutas, ONG Amigos do Rio Magú - ONARMA, campanha de coleta de lixo e reciclagem para a preservação do meio ambiente em Santana. Mesmo com os riscos e vulnerabilidades existentes dentro dos territórios, as potencialidades não deixam de perseverar, visto que essas potencialidades específicas de cada município são em especial as suas individualidades que proporcionam relações e desenvolvimentos sociais, políticos, econômicos e culturais.

## 5 CONCLUSÃO

Os serviços e programas da Assistência Social são fundamentais para as famílias e trabalhadores nos territórios, principalmente para pessoas e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Mesmo com diversos problemas existentes nos territórios, a PNAS exerce um papel central no enfrentamento a essas situações, embora necessite ser aprimorada.

Concebemos os territórios não somente áreas geográficas, mas como relações sociais dinâmicas. No entanto, a PNAS precisa entender que essas relações são mutáveis de acordo com as regiões onde os territórios estão localizados. Além disso, a ampliação da intervenção poderia ser na ativação das potencialidades presentes em cada território.

Conforme as entrevistas e o trabalho de campo, identificamos que as equipes de Assistência Social dos municípios precisam relacionar mais PNAS, com outras políticas públicas fundamentais, como as políticas voltadas para a questão agrária, agrícola, meio ambiente, gênero, étnico-racial e geracional. Além disso, as potencialidades presentes nos municípios precisam ser mais destacadas, assim gerando possibilidades para um modelo de desenvolvimento local mais inclusivo.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Através da pesquisa realizada pelo projeto “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no Baixo Parnaíba Maranhense”, foi possível entender a realidade que as equipes dos municípios enfrentam. E que esses resultados necessitam e devem ser socializados buscando uma visão crítica dos territórios.

Como conclusão, destacamos que o território do Baixo Parnaíba deve ser entendido como um espaço vivo, dinâmico e ambivalente, com situações e vivências, ao mesmo tempo, parecidas e distintas especificamente nos territórios de Água Doce, Araiões e Santana.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berna de; e JUNIOR, Emmanuel de Almeida Farias Junior. Orgs. **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edicoes, 2013.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (organizador). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ACSELRAD, Henri e VIÉGAS, Rodrigo Nuñez [et al.]. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

BRASIL. **Capacita SUAS**. Caderno 3 (2013). Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/index.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Programas e Ações**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?aM=0&codigo=0&aM=0>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **RI da Proteção Social Básica**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/mod/index.php?rl=337&t\\_div=1&codigo=0&aM=0](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/mod/index.php?rl=337&t_div=1&codigo=0&aM=0). Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. **CadSUAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html;jsessionid=59B96032A93B8B066FA64DC615C3DE10>. Acesso em: 20 fev. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Conflitos no Campo: Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, CPT Nacional, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LISBOA, Amanda de Oliveira; MIRANDA, Aurora Amélia Brito de; SANTOS, Luana Appel dos; SOUSA, Joyce Érica Amaral. **TERRITÓRIOS VIVOS: A Política de Assistência Social e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/MA**. In: ANAIS da JOINPP 2021.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de; SILVA, Lília Penha Viana da; MIRANDA, Maria Leidinalva Batista. **Territórios vivos de conflitos e resistências: implicações para as Políticas Públicas**. In: ANAIS da JOINPP 2021.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.

PROMOÇÃO



APOIO

